TC 021.830/2013-4

Tomada de Contas Especial

Município de Campina da Lagoa/PR

Excelentíssima Senhora Ministra-Relatora,

Trata-se de Tomada de Contas Especial (TCE) oriunda de conversão da representação autuada no TC 045.161/2012-7, por determinação constante do item 9.2 do Acórdão 3.949/2013-TCU-2ª Câmara. A representação originou-se de informações encaminhadas ao Tribunal pela Procuradoria da República no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, dando conta da sentença proferida em 27/6/2012 na Ação Penal 2004.70.10.002106-9/PR (peça 1).

2. Na referida ação judicial, que tramitou na Justiça Federal da 4ª Região, foram condenados, entre outros, o ex-prefeito municipal de Campina da Lagoa/PR, Sr. Paulo Marcelino Andreoli Gonçalves, e a ex-secretária municipal de Saúde, Srª Vanda Aparecida Poli, por crime de responsabilidade na gestão de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS).

3. No âmbito deste Tribunal, foram determinadas pelo Acórdão 3.949/2013-TCU-2ª Câmara as citações dos dois ex-gestores, em solidariedade com o Município de Campina da Lagoa. A responsabilidade dos gestores foi assim resumida por Vossa Excelência no voto que fundamentou essa deliberação:

(...) no período de dezembro de 2002 a abril de 2003, a Coordenação Regional do Programa de Saúde da Família da localidade identificou interrupção na execução das atividades do PSF. Os agentes de saúde teriam sido demitidos em dezembro de 2002 e recontratados apenas em abril do ano seguinte, mas essa suspensão não obstruiu a continuidade do repasse das verbas federais destinadas ao PSF. Os gestores municipais incluíram informações falsas no Sistema de Informação de Atenção Básica (Siab) e atestaram o exercício pleno das atividades dos agentes de saúde, o que viabilizou as transferências ao município.

4. Quanto ao ente federativo, Vossa Excelência justificou sua citação do seguinte modo:

Como os recursos federais foram transferidos para conta específica do município de Campina da Lagoa/PR e não constam dos autos elementos que evidenciem o locupletamento dos gestores municipais, não pode ser afastada a hipótese de ter o ente federado se beneficiado indevidamente da transferência e aplicado as verbas em objeto diverso do PSF.

5. Citados os responsáveis e recebidas as alegações de defesa do ex-prefeito e do Município de Campina da Lagoa (peças 70 e 25, respectivamente), foi realizada a correspondente análise pela Secretaria de Controle Externo no Paraná (Secex/PR). A ex-secretária de Saúde, citada por edital após infrutíferas tentativas de citação, não encaminhou resposta ao TCU.

6. Apesar de o Auditor Federal de Controle Externo (AUFCE) que elaborou a instrução à peça 72 ter proposto o julgamento pela irregularidade das contas dos responsáveis, com imputação de débito solidário e aplicação de multa individual, prevaleceu no âmbito da unidade instrutiva a proposta do diretor da 2ª Diretoria Técnica (DT), pela fixação de novo prazo para que o Município de Campina da Lagoa recolhesse o débito apurado na TCE (peça 73), que contou com a anuência do titular da unidade técnica (peça 74).

7. Em minha manifestação anterior nos autos (peça 75), alertei para a necessidade de regularização da representação processual do Sr. Paulo Andreoli, considerando que não constava da TCE a procuração do advogado que havia assinado a defesa do ex-prefeito.
8. Por meio do despacho à peça 76, Vossa Excelência, ao acolher a manifestação deste Ministério Público de Contas, determinou que fosse promovida a mencionada regularização, nos termos do art. 145, § 1º, do Regimento Interno/TCU.
9. Promovida a regularização da representação processual do ex-prefeito (vide procuração à peça 85), o diretor da 2ª DT da Secex/PR pronunciou-se à peça 90, com a anuência do secretário da unidade técnica (peça 91).
10. A Secex/PR ratificou o exame por ela procedido em relação à rejeição das alegações de defesa apresentadas pelo ex-prefeito e pelo ente federativo (peça 72), propondo que, antes de ser a TCE julgada no mérito, fosse aberta a possibilidade de o Município de Campina da Lagoa recolher o débito que lhe foi atribuído neste processo, com base nas disposições do art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992 e do art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno/TCU.
11. A unidade técnica propôs o adiamento do julgamento das contas dos responsáveis arrolados nesta TCE, a partir do encaminhamento apontado por Vossa Excelência no Voto condutor do Acórdão 9.352/2015-TCU-2ª Câmara. Por essa deliberação foi fixado, em decisão preliminar, novo prazo para que o Estado de Rondônia, em solidariedade com dois ex-gestores (um deles falecido, tendo sido o prazo conferido a seus herdeiros), recolhessem quantias ao FNS, antes do julgamento da TCE autuada no TC 013.150/2011-1.
12. De fato, assiste razão à unidade técnica quando sugere o adiamento do julgamento de mérito desta TCE.
13. Conforme análise realizada na instrução à peça 72, com a qual manifesto minha concordância, o Município de Campina da Lagoa não trouxe, em suas alegações de defesa, elementos capazes de afastar a presunção do Tribunal, válida até o momento, de que os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), que ingressaram em seus cofres, o beneficiaram.
14. Apesar de restar comprovada a responsabilidade do ex-prefeito e da ex-secretária municipal de Saúde nas irregularidades que envolveram as transferências do FNS ao Fundo Municipal de Saúde de Campina da Lagoa, entre dezembro de 2002 e maio de 2003, é possível que o ente federativo recolha, oportunamente, o débito apontado no item 9.3 do Acórdão 3.949/2013-TCU-2ª Câmara.
15. Ocorre que, mesmo que o ente federativo promova o ressarcimento de valores aos cofres do FNS, não há a possibilidade de julgamento pela regularidade com ressalva das contas dos ex-gestores do Município de Campina da Lagoa. No presente caso, é impossível o reconhecimento da boa-fé do Sr. Paulo Gonçalves e da Srª Vanda Poli, considerando a gravidade das condutas identificadas nesta TCE, oriundas, em especial, das informações descritas na Ação Penal 2004.70.10.002106-9/PR.
16. Assim, de modo diverso do procedimento adotado no Acórdão 9.352/2015-TCU-2ª Câmara, verifico, nesta TCE, a impossibilidade de se estender o novo prazo a ser fixado ao ente municipal, para recolhimento do débito, também ao ex-prefeito municipal de Campina da Lagoa e à ex-secretária municipal de Saúde, que devem ter, necessariamente, suas contas julgadas irregulares.
17. Essa conclusão decorre do entendimento de que não se pode aplicar a esses ex-gestores a disposição constante do art. 202, § 4º, do Regimento Interno/TCU - que depende do prévio reconhecimento da boa-fé -, *in verbis*: “(...) a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e dará quitação ao responsável.”

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

18. De qualquer modo, seguindo o mesmo raciocínio construído por Vossa Excelência ao relatar o Acórdão 9.352/2015-TCU-2ª Câmara, a fase preliminar que ora se propõe permitirá a correta avaliação sobre o fundamento da apenação a ser imposta aos responsáveis, ou seja, o devido “*exame da questão relativa à aplicação da pena de multa com base no art. 57 da Lei 8.443/1992 [que dependerá da existência de débito]*” (excerto do voto que fundamentou a mencionada deliberação).

19. Tendo em conta as considerações anteriores, este membro do Ministério Público de Contas manifesta sua concordância com a proposta da Secex/PR.

(Assinado Eletronicamente)
Sérgio Ricardo Costa Caribé
Procurador